



PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS REDES DE SABERES INTERCULTURAIS

Robério Davi Borges Cunha

rdavib@hotmail.com

Resumo

Este artigo é resultado de um projeto monográfico intitulado: “Facetas Educativas dos Povos Indígenas na Educação Escolar: Identidade e Interculturalidade na Representação de Professores do PROLIND – UFCG. Na confecção deste artigo nos remeteremos a uma breve análise da educação escolar sob uma perspectiva indígena em que a identidade e a interculturalidade sejam matrizes teóricas e conceituais no entendimento das questões indígenas vistas sob um viés cultural e pedagógico. Desta forma nos embasamos em autores da História Cultural e da Antropologia, que discutem sobre estes povos numa diretiva dinâmica e atual. Dialogamos também com autores que abordam a interculturalidade e ressaltamos ainda a diversidade cultural conceitos epistemológicos de suma importância para visibilizar estes povos nas lides acadêmicas e epistemológicas do tempo presente. Do ponto de vista metodológico empreendemos uma pesquisa e aqui esboçamos uma reflexão sobre os resultados obtidos e sua contraposição com a teoria proposta sendo guiados pelas trilhas epistemológicas da chamada História Oral atrelada aos conhecimentos antropológicos, históricos e pedagógicos para através da interdisciplinaridade refletirmos sobre novas possibilidades de reescrita da História indígena. A tessitura deste artigo síntese da produção monográfica nos permitirá tecer novas assertivas e debates sobre os povos indígenas implicando em uma reescrita de suas trajetórias, o que nos permitirá novas formas de pensar, refletir e discutir estes povos reconhecendo-os não apenas pela sua Historicidade e “pedagogia da vida”, mas também como seres híbridos culturais, modernos e que sejam valorizados como ancestrais culturais, trazendo novas implicações e discussões ao cenário educacional brasileiro na busca de ver o ensino como um construto social e incluyente enquadrando numa prática prazerosa e consequente.

Palavras-chave: Ensino. Povos indígenas. Ancestrais culturais. História indígena

Introdução

A escrita da História dos povos indígenas necessita ser revisitada no seu “*lôcus de produção*”¹, a partir de novas interfaces que os valorizem como protagonistas do processo histórico, sem as vicissitudes e o conservadorismo oriundos da epistemologia dos discursos e práticas da Historiografia tradicional. Tal visão não permite e não adentra nos “territórios culturais” indígenas constituindo uma representação deturpada sobre estes povos, tornando-os seres invisíveis e distantes do cotidiano do livro didático e do ensino de História.

Vislumbramos com a feitura deste texto tecer novas discussões que considerem a problemática dos povos indígenas, valorizando suas experiências sob os auspícios da Historiografia

¹ Pela expressão entendemos as esferas: social, cultural, econômica e política que, juntas formam um “lugar de produção”, podendo ser denominado de “*lôcus*”. Nesta perspectiva, utilizamos o termo no intuito de abranger o conceito.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Cultural, utilizando a interculturalidade como eixo norteador da abordagem, e tendo o aporte epistemológico de outras ciências como a Antropologia, a Etno-História, entre outras. Visamos imprimir novos sentidos e possibilidades que refletem sobre a importância dos indígenas de modo distinto do enfoque “estático” e folclórico a eles atribuídos, o que compromete a inserção de sua trajetória no currículo.

Neste sentido discutiremos também novas possibilidades e métodos no trato da problemática, evocando a emergência de uma educação escolar nesse âmbito presente no livro didático e currículo de escolas de caráter indígena e não indígena. Acreditamos que, a partir da adoção dessa prática haverá integração e troca de experiências pedagógicas enriquecendo o cenário educativo, e ampliando o acesso às fontes, a exemplo do livro didático. Enfim, esta “ação educativa” irá fomentar debates sobre os povos indígenas, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e reconhecidas.

Neste trabalho problematizaremos acerca da educação escolar como um projeto destinado às escolas indígenas, intencionando que este “empreendimento de ensino” seja perpassado para as escolas, e estas, por sua vez, formulem questões intra e extracurriculares nesta direção.

Neste sentido, buscamos promover um diálogo intercultural, que acolha os alunos para que eles se sintam representados pelos indígenas. Assim a Lei 11.645/2008 irá gradativamente se “territorializar” nas escolas como uma política pública, que vise notabilizar os saberes da tradição, seus modos linguísticos e suas práticas que são perpassadas intergeracionalmente, constituindo-se em valores para serem ressaltados.

Saberes que, no contexto da História da Educação e do ensino de História, não foram contemplados, permitindo que diversas gerações escolares dentro e fora das comunidades indígenas e não indígenas não tivessem conhecimento da importância da de se trabalhar este tema, o que motivou a invisibilidade do seu enfoque.

Partindo destes objetivos, desenvolvemos uma pesquisa intitulada: *Facetas Educativas dos Povos Indígenas na Educação Escolar: Identidade e Interculturalidade na Representação de*





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Professores do PROLIND² – UFCG, com uma reflexão sobre a genealogia deste projeto, seus pressupostos teóricos e metodológicos, e sobre a sua aplicabilidade a professores de comunidades indígenas e alunos, numa parceria de professores representantes destes povos, de origem étnica potiguar, e que constituem a Organização dos Professores Indígenas Potiguaras (OPIP). Eles assimilam conhecimentos de áreas diferentes como a Biologia, Matemática, História e Geografia, ensinadas por “professores brancos”, em sua maioria, mas inserem no processo educativo suas subjetividades e sensibilidades, criando uma representação adaptada ao seu cotidiano e às suas práticas culturais. Com isso apreendem novos saberes, ressignificados nas comunidades escolares em que atuam na perspectiva da interculturalidade, entrelaçando os aprendizados do curso e o cotidiano destes povos. Vemos que, por meio desta prática, constituem suas “artes de ser e fazer” (CERTEAU, 2008).

Assim, o objetivo central deste artigo é analisar de que forma a educação escolar indígena, sob o prisma da interculturalidade, é construída mediante a visão de alunos e professores do referido curso. Para tanto elaboramos questões norteadoras que problematizam essa discussão, a partir das seguintes inquietações: 1º) De que modo o PROLIND trabalha a educação indígena numa abordagem intercultural possibilitando o diálogo de saberes entre o conhecimento vivencial na comunidade e fora dela? Como a perspectiva de uma educação intercultural indígena possibilita a constituição da identidade através do ambiente escolar? E, por fim, qual a visão da educação escolar indígena entre os alunos (as) do PROLIND?

A respeito dos sujeitos históricos de nossa pesquisa, elegemos uma amostra de seis professores de comunidades indígenas num total de uma população de aproximadamente 15.000 habitantes divididos em cidades como: Bahia da Traição, Rio Tinto, Mamanguape e Marcação.

A “grande nação indígena” potiguar do Nordeste, remanescente dos povos indígenas na Paraíba, possui uma diversidade de aldeias, dentre as quais podemos destacar, através dos relatos obtidos na entrevista: Forte, Monté-mor e Ibyquara. Ainda sobre estes povos é importante frisar

² PROLIND (Programa de Licenciatura dos povos indígenas), criado em 14 de Outubro de 2004, através da portaria CH/UFCG Nº 39, após reunião entre lideranças indígenas e representantes da universidade. Surgiu da necessidade de se criar um curso de Licenciatura que abrangesse os povos indígenas no ensino superior, auxiliando numa prática educativa tanto no âmbito acadêmico como nas aldeias. Entretanto a criação do curso é de 22 de Novembro de 2005, após a realização de seminários e oficinas onde os povos indígenas justificaram a importância de se implementar um curso pró-indígena.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que pertencem ao tronco-familiar tupi-potiguara³, são mantenedores de seus traços culturais e étnicos, percebendo na interculturalidade uma possibilidade discursiva de leitura e interpretação dos acontecimentos históricos e cotidianos, desvinculando-se de noções racistas, por intermédio dos estudos étnico-raciais.

Para discutirmos sobre interculturalidade na perspectiva indígena fizemos um entrelaçamento de saberes entre os conhecimentos do mundo dos “povos indígenas” e das pessoas não-indígenas, engendrando uma nova “noção” de ensino e uma historiografia diferenciada destes povos.

Encontramos respaldo no campo da História Cultural, pois enxergamos os povos indígenas para além dos liames da “Historiografia tradicional”, inseridos na “trilha epistemológica” da etnicidade. Com esse propósito, promovemos a inclusão de alternativas teóricas para se trabalhar estes povos, valorizando-os historicamente, desenvolvendo novas alternativas conceituais e acadêmicas que gerem o estudo, a análise, a reflexão e o “debate”, capazes de valorizar os nossos ancestrais criando novos sentidos para a cultura, a História e a Memória destes povos. Não há como negarmos que os indígenas são nossos ancestrais étnicos e, como tais, necessitam ter sua voz ouvida, sua História recontada. Acreditamos que estudo vem a contribuir com pesquisas no campo da educação, trazendo a discussão sobre a interculturalidade entre esses povos. No ensino de História tecemos um repensar sobre o ensino indígena, pois este povo, ao longo do processo histórico de ensino no Brasil, encontrou-se numa posição de invisibilidade, nas congruências da Historiografia brasileira.

Como abordagem metodológica, fizemos uso de entrevista com os professores(as) das aldeias no qual chamamos atenção para a partir dele entendermos as minúcias que perpassam a educação escolar indígena.

Vemos o PROLIND e suas práticas de ensino como uma interconexão situada entre o mundo acadêmico e o indígena que reflete nas escolas onde estes povos atuam através da

³ O termo indígena tupi serve para designar o tronco-familiar matriz das tribos indígenas no Brasil, como um “filo genético”, ramificação da categoria biológica e social dos indígenas, espécie de “origem” e ancestralidade destes povos. (SALZANO,1992). As terminologias potiguara, tabajara, cariris, entre outras, descrevem a família(filial), a “grande nação” potiguara descendente de uma ramificação dos tupis. Outro exemplo de matriz são os guaranis, entre outras tribos que povoaram o norte brasileiro. Assim se formaram as nações indígenas no país, entre os quais enfatizamos as tribos da Paraíba, notadamente os potiguaras de Bahia da Traição.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

interculturalidade, identidade dos professores envolvidos e a representação tecida pelos meios “tradicionais”, e a que é construída por intermédio do contato entre o mundo indígena e o mundo acadêmico.

Isto propõe o ato de auscultar a voz dos povos indígenas no meio acadêmico e que perscruta um repensar das formas de ensino e de como adaptar a realidade não indígena a indígena, logo engendramos novas formas de estudar estes povos gerando novos sentidos para compreender a História e entender estes importantes personagens o que auxilia na reconfiguração da História e na mudança do cenário educacional brasileiro tornado o ensino dos povos indígenas uma prática prazerosa e consequente.

Diálogos Interculturais em Educação Indígena: Representações dos Alunos e Professores do PROLIND

Neste item abordamos acerca dos alunos-professores, sujeitos deste trabalho, participantes do PROLIND. A partir de suas vivências e experiências focalizaremos nossas discussões em torno de suas representações, tendo em vista as proposições da educação indígena na perspectiva intercultural. Para tanto discutiremos sobre as identidades erigidas no dia a dia destes povos e praticadas nas aulas, nos momentos de lazer e descontração e até nos contatos estabelecidos no “universo” cibernético.

Desta forma podemos perceber o “jogo de identidades” tecido pelos professores coordenadores do PROLIND e entre os professores-alunos deste curso, em suas representações do mundo social. Segundo Chartier(1992) p 17 este conceito tem por base o seguinte argumento:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Contemplando esta assertiva e a observação tecida por M.B percebemos o conceito de interculturalidade se entrecruza a partir de uma representação presente nos pressupostos teóricos que arregimentaram a proposta que ora analisamos: o Projeto Político Pedagógico, elaborado junto a uma comissão de professores da UFCG e da OPIP, que estabelecia como a





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

perspectiva de troca e transmissão cultural presente neste curso. Assim, este discurso oriundo de representações importantes traça os rumos da educação indígena do PROLIND, auxiliando nas posições e identidades dos sujeitos, o que irá repercutir no cotidiano da atividade educacional desenvolvida.

Ainda percorrendo sobre a representação deste curso através de suas interfaces práticas disseminadas no cotidiano dos alunos, destacamos um trecho da Professora M.B 2011, a partir do seu lugar social, e na condição de articuladora deste projeto vinculado à UFCG, atrelado à Organização dos Professores Indígenas Potiguaras (OPIP). Quando questionada sobre que tipo de representação o curso deveria formar, seu pensamento pode ser expresso no fragmento abaixo:

Veja nosso PROLIND, ele é exclusivamente potiguar, certo? Nós não procuramos formar nenhuma representação, certo? Porque o nosso papel como nos concebemos não é esse. Os potiguaras têm uma organização interna própria, né? Olha tem a OPIP que organiza os professores, tem a OJIP que organiza os jovens, né? Eu tenho a organização das mulheres potiguaras, não é? Eu tenho claramente instaurado nas comunas potiguaras, uma maneira pela qual eles pensam as relações políticas, né? Então, você tem os caciques, tem os conselheiros, tem o cacique geral que é o mediador do mundo potiguar com as instâncias externas e o PROLIND. Ele não quer ser parte do mundo potiguar, eu considero uma coisa muito legítima, não é, nós somos parte do mundo acadêmico, que tem enorme interesse e disponibilidade de abrir/dialogar com outros mundos. Então o que fizemos foi diálogo com alguns alunos em alguns momentos é que eles se falem e se façam em face à coordenação, mas eu não considero que essa seja a representação do mundo potiguar é da interface PROLIND- povos indígenas potiguaras.

De acordo com a consideração evocada pela autora percebemos que o curso não possui uma concepção estática de representação, e não inculca conceitos coercitivamente em seus alunos, projetando seus próprios arquétipos textuais e escritos. Na verdade, procura formular suas ramificações epistemológicas, através de uma relação dialética com os grupos sociais que estão no entorno das questões indígenas, especialmente a OPIP, pois esta coordenadora acredita que as “questões, insígnias e emblemas” (CHARTIER, 1992) inerentes ao mundo potiguar dizem respeito e (demandam soluções) a estes grupos, e que o PROLIND não deve intervir nesses casos, apenas no que se refere ao universo PROLIND e aos povos indígenas potiguaras. Assim, ela faz uma distinção entre essas práticas contrastantes. Para Chartier(1992) p 137, tais práticas se reportam ao habitus de cada grupo:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O que equivale a dizer, simultaneamente, que as práticas contrastantes devem ser entendidas como concorrências, que as suas diferenças são organizadas pelas estratégias de distinção ou de imitação e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraizam nas disposições do habitus de cada grupo.

Comparando a prerrogativa presente na ótica de Chartier (1992) a opinião tecida pela professora vemos que ela busca entender a representação utilizando-se de uma distinção entre os “bens culturais” de responsabilidade do curso e os que estão envolvidos em questões direcionadas aos agrupamentos indígenas. Ao afirmar que os problemas dos índios que não são de natureza educativa devem ser sanados por eles mesmos, sem interferência da coordenação do PROLIND, a professora separa as instâncias, já os que estão de alguma forma relacionadas ao mundo da educação, podem ser discutidos e explicitados com diretrizes e conclusões. Neste diálogo as coordenadas são dadas pelos próprios alunos-professores indígenas. Então, a representação do curso consiste numa “autoavaliação” da noção que os índios formulam e o perfil que este curso pretende formar, o que corresponde à percepção de Chartier(1992) e seu ideal de práticas contrastantes e de distinção, tornando coerente o uso de sua teoria nessa perspectiva.

O professor J.G.S.C 2001, coordenador adjunto do PROLIND, doutor em Antropologia, atuando na função há aproximadamente dois anos, e que estudou sobre o indigenismo tendo como parceira a professora M.B, vê a representação do curso como algo positivo. Afinal, nasceu de um engajamento político dos professores que repercutiu na década de 70 e ecoou na atualidade, sendo este pedido atendido pelo governo LULA, que viabilizou a implementação de políticas que deram visibilidade a estes povos. Em suas palavras:

Onde entra em questão a história da representação? Entra porque nós temos ainda hoje no senso comum, mais geral, e às vezes no acadêmico, uma ideia do indígena de que ele é muito mais museográfico, museológico, ou é muito mais uma imagem na literatura, ou no passado, do que alguém concreto. Porque tem muitas dificuldades que é o senso comum, mas também é o senso comum científico de interagir e lidar com questões da concretude, das formulações em contextos completos. Então, você tem um esforço e uma preocupação com essa formação de possibilitar a eles uma formação específica que não era garantida. Porque eles inúmeras vezes eram vistos não como índios, mas como caboclos, ou de pessoas misturadas. Quer dizer, então tem um esforço aí que é o esforço da Antropologia, em grande medida, que é de colocar essa conjugação, não com o índio esse museológico, esse imaginado, mas como seres concretos. Então, você tem todo um longo período de relações com essas populações com os potiguaras, em específico, que são nada generosos com as suas questões culturais. E depois você tem todo um





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sistema corroborando eles, o porquê deles não representarem uma imagem, que é uma imagem indígena da literatura. Enfim, do mito do indígena brasileiro, e não há uma preocupação com isso, que é uma preocupação deles e acho que é do programa “PROLIND”, que não é mais de alguns, mas do todo de transformar essas populações(professor – coordenador do PROLIND).

Desse modo, o professor ressalta que o PROLIND, em sua concepção, tem a função de tecer uma nova representação dos povos indígenas potiguaras, desprovida do imagético literário, erigido pelo discurso historiográfico, ratificado por práticas de instituições estatais como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Uma conjuntura ideológica que foi perpassada ao longo de gerações e, que, só a partir da interação com os povos indígenas, visivelmente observada no PROLIND e da possibilidade de construir um diálogo com esses povos, é que novos paradigmas e concepções sobre estes povos emergem nos cenários educacionais. Mas essa é uma missão árdua e entra em choque com as “noções tradicionais” construídas na História.

No entanto, para o entendimento e assimilação das contribuições destes povos, temos que abrir nossos horizontes científicos e culturais para ver o outro de maneira distinta, fugindo da imagem recorrente projetada ainda hoje nos meios educacionais e midiáticos. De acordo com Grupioni (1995) essa imagem é atrasada, deturpada e estereotipada e gera uma dinâmica escolar “obsoleta”. Podemos sintetizar o pensamento do autor que pontua: “a imagem de um índio genérico, estereotipado, que vive nu na mata, mora em ocas e tabas, cultua Tupã e Jaci, e que fala tupi, permanece predominante, tanto na escola como nos meios de comunicação” (GRUPIONI, 1995, p.483).

No que tange à interculturalidade verificada no projeto pedagógico deste curso, que visa estabelecer o contato entre as interfaces provenientes do mundo indígena com os não-indígenas, é importante enfatizar que este conceito é a peça chave para se entender a complexidade e heterogeneidade do mundo indígena, inclusive do potiguara. Sobretudo para apreendermos a lidar com essa diversidade cultural (BHABHA, 2008). Por isso é de suma importância ver estes como estes sujeitos históricos concebem este conceito e o aplicam ou refutam.

A professora de M.B 2011, coordenadora do PROLIND, quando questionada sobre como o curso trabalha a interculturalidade e se essa faceta é explorada nos lugares sociais e educativos dos povos indígenas, nos afirma que:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Olha, eu tô lidando com uma população que é majoritariamente urbana. E o PROLIND funciona na Baía da Traição. Nessa interface né? Mundo indígena, mundo urbano. Então falta a interculturalidade. Isso para mim é um desafio, não é? O que eu digo, tenho dito, é que às vezes funciona, e às vezes não. Que o PROLIND é um encontro de culturas. Dos professores (cultura universitária, cultura acadêmica e cultura ocidental), e dos alunos, que são os professores indígenas. Ninguém sabe antes de começar a fazer, e você só chega quando você chega junto. A gente tem tido muita dificuldade. Para mim é muito difícil ter um PROLIND que não dialogue com outros PROLINDS, mas também compreendo que na dinâmica que se colocou o PROLIND é muito difícil. Então, o que a gente considera, são situações que você viu aqui, que vai ter uma mesa de dialogar com a coordenadora deste PROLIND com o de Alagoas. E aí você vai ter acesso, se tiver sorte, a alguns alunos desse PROLIND para conversar, e ser proposta eu levar alguns alunos PROLIND para participar dos fóruns, aí eles trocam entre si, eles comparam, eles são muito diferentes, pois os mundos indígenas são muito diversificados, sobretudo no Nordeste que tem uma grande variação. Na Região Norte é um vasto mundo, muito diferenciado, então nesse sentido não é, eu acho que a comunidade, ela está presente na escola, e nosso PROLIND está ligado às escolas. Então há uma porosidade aqui, agora tudo é uma construção

A intercultura, para a professora, implica num desafio cotidiano, estabelecido entre o encontro de distintas culturas que ocorre no PROLIND. Um encontro que reúne a alteridade cultural do universo indígena, e do mundo acadêmico, influenciado pela cultura ocidental. Logo, o curso busca contemplar os detalhes entre as culturas para poder entendê-las. Sobre este aspecto Geertz(1989) p 65 argumenta que:

A compreensão dos padrões culturais, assim como de suas transformações e inter-relações, só evolui com base no estudo atento e minucioso dos significados que cada ato e cada relação de cada sujeito vão assumindo em seu contexto. “Temos que descer aos detalhes, além das etiquetas enganadoras, além dos tipos metafísicos, além das similaridades vazias, para apreender corretamente o caráter essencial não apenas das várias culturas, mas também dos vários tipos de indivíduos dentro de cada cultura, se é que desejamos encontrar a humanidade face a face”.

Para reconhecer a cultura do outro é necessário “garimpá-la” limpando-a dos vicejos interpretativos que não lhe pertencem, mas que parecem etiquetados em alguns de nossos atos, necessitando ser repensados. A professora afirma que a intercultura é um conceito vivo que se encontra em construção, é algo tecido diariamente no convívio entre as diferentes culturas no curso. Emerge, pois, uma atitude despojada, na qual não se procura supervalorizar uma cultura





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

em detrimento da de outrem, mas sim buscar-se uma possibilidade de amalgamar mundos diferentes pela via intercultural, num caminho concreto e possível.

Ao abordar a perspectiva intercultural na educação, Fleuri (2002) afirma: “A educação intercultural desenvolve-se fundamentalmente como relação entre pessoas que são as criadoras e sustentadoras das culturas, não simplesmente entre “culturas” entendidas de modo abstrato” (FLEURI, 2002, p.12).

Para termos uma noção mais profícua deste conceito, convém nos debruçarmos na análise do professor J.G.C.S 2011, quando interrogado sobre a intercultura e se esta é explorada nas escolas de educação indígena:

Bom, existe contato dos professores e esses alunos, tem sido feito de maneira nem sempre tão fácil, porque o PROLIND potiguar tem uma dinâmica que é específica e visa atender ao que queria, ao que é postulado por eles, de que as escolas ficassem sem professores. Então ele acontece nos finais de semana. Então, o que é que você tem tido? Você tem uma rotina de trabalho deles e nossa aqui da UFCG, que é pesada. Durante os finais de semana, nós nos reunimos para isso. Você tem tido alguns momentos, quer dizer, de visitas e contatos, e já tem tido um estágio de aula seguidamente. A gente conversa como coordenação com os professores, você tem com os alunos diversos ao longo desse encontro, onde os autores de diferentes dimensões das culturas distintas. Você tá fazendo um diálogo, um choque, quer dizer, é uma experiência aonde a gente tem estimulado aos professores que refletissem e talvez escrevessem sobre isso. Assim, como falo dos próprios alunos, é mais do que um modelo pronto. Eu acho que a questão da interculturalidade, nesse caso específico, não tá operando num nível macro, mas num nível de interações. então é exige muito de quem esteja participando que reflita um pouco sobre isso. Eu acho que é uma questão aí. Já no projeto, que os potiguaras querem uma formação dita “de branco”, mas que não abrem mão também de que possam pensar, refletir, de organizar, e, no entanto, destacar a sua própria cultura potiguar. Quer dizer, claro, então você tem no projeto, é pensado por eles algo que é um intercâmbio de culturas, quer dizer, e no decorrer do curso isso tem acontecido.

O professor concorda com a professora afirmando que o PROLIND se desenvolve numa intersecção de culturas, mas afirma que a interculturalidade existe e se manifesta nas micro-relações sociais e cotidianas oriundas desse “encontro de culturas”. Funcionando este dispositivo conceitual sob a forma de intercâmbio e que, segundo o professor, tem galgado terreno no decorrer do curso, como uma manifestação prática. Deste modo verificamos que existe uma





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

perspectiva de intercultura o que corrobora as concepções de Fleuri (2002) p 17 sobre esta entrada temática:

A perspectiva intercultural de educação, enfim, implica mudanças profundas na prática educativa, de modo a respeitar e integrar a diversidade de sujeitos, a desenvolver novas metodologias pedagógicas e a implementar um processo mais crítico de formação de educadores.

Nessa perspectiva percebemos que a interculturalidade envolve uma mudança nos paradigmas e pressupostos que embasaram a historiografia indígena, mas que não optavam por um viés de crítica, desenvolvendo-se numa “acefalia” no tocante ao reconhecimento da diversidade. Hoje é importante revitalizar a História com discussões que valorizem o contato com o outro, a partir da interculturalidade, o que está evidenciado entre esses professores que têm em comum o lugar atribuído ao PROLIND e a intercultura como pressupostos de transformação social e elementos norteadores das questões indígenas.

Neste sentido Barros (2008) afirma: “a perspectiva mais útil para a História é considerar mesmo o texto, a partir da dualidade que o define enquanto “objeto de significação” e “objeto de comunicação” (BARROS, 2008, p.136). Desta forma conforme explicitado neste conceito observamos que ele se constitui num objeto de significação, através do qual adquire um sentido, funcionando na prática como uma via de comunicação para se entender estes povos. Logo, é importante a utilização deste artifício para estudo, pois a análise e reflexão dos povos indígenas em sua complexidade e sincretismo cultural, livre das amarras do discurso historiográfico “tradicional”, valoriza os indígenas a partir de suas especificidades e ancestralidade.

Para Grupioni (1995, p.491) a questão dos povos indígenas no Brasil ainda está inserida num cenário dotado de preconceito, intolerância e desinformação. Todavia, existe um esforço no PROLIND em trazer à tona essa discussão, ao mesmo tempo em que busca valorizar este debate nas escolas, enriquecendo pelas contribuições dos estudos étnico-raciais na Paraíba, deflagrando um cenário educacional atraente, incluyente e inovador.

Vale ressaltar que a presença e o papel da OPIP, pois este curso foi resultado da emblemática luta desta instituição desde a década de 70, por projetos educacionais diferenciados que beneficiassem os povos indígenas, aos moldes de suas próprias subjetividades, representação, história e memória. Um projeto de educação que contemplasse suas necessidades e anseios, mas





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que fosse gerido por eles próprios, sendo de vital importância compreendermos como se manifesta esse diálogo entre a coordenação do PROLIND e a OPIP.

Para tornarmos esse diálogo possível refletimos através de uma questão visibiliza a parceria PROLIND-OPIP, na concepção da professora M.B 2011:

Como eu te falei. Veja, a OPIP é participe a gente nunca teve, pelo menos que eu tenha percebido, alguma divergência de pensamento, não é? Também a OPIP ela não é muito reivindicatória. Ela acompanha, ela compartilha conosco, não é? É, eu acho por razões, pela lógica da política paraibana, a questão de relações internas do mundo potiguara, tem momentos que você olha, especialmente na última década e o movimento indígena nem sempre se coadunaram. Então, em termos de impacto na opinião pública, a questão indígena perdeu bastante né? E sensibiliza pouco a classe média atualmente. A gente quer fazer algumas coisas e não sabe como fazer. A OPIP tem que se posicionar, tem que dizer o que ela quer entendeu? Então, é muito mais do PROLIND, da OPIP, do que o inverso. Porque a OPIP sabe e tem vivido isso que ela não precisa demandar. Ela indica para a gente, entendeu? Nós já estamos eu acho que no automático com eles eu acho, entendeu? Pode ser até que a coordenação não perceba.

Assim, a relação entre o PROLIND e a OPIP se manifesta de forma pacífica, embora, segundo a opinião exposta, a OPIP às vezes delega funções ao PROLIND. Eles tentam estabelecer um cenário cotidiano de modo que esta organização potiguar acompanhe a educação indígena e, ao lado do PROLIND, busque soluções e perspectivas práticas frente ao cenário educacional indígena superior.

Diante das considerações tecidas na escrita da História dos povos indígenas com base nos relatos orais dos professores-coordenadores do PROLIND verificamos que há um comprometimento destes para com o curso, num esforço epistemológico em atender a demanda da educação indígena, nos moldes estabelecidos no Projeto Político Pedagógico e nos atos de perscrutar a interculturalidade e a representação como instrumentos para lidar com esses povos, reconhecendo-os eles de maneira distinta e a partir de seu hibridismo cultural (CANCLINI, 2006). O que difere das concepções deturpadas, buscando inseri-los numa dinâmica que os inclua os nos segmentos atuais da educação e ensino no Brasil. Desse modo, será possível construir uma prática que modifique o cenário educacional, situando os povos indígenas como sujeitos da e na História do Brasil.





“Das artes de fazer às artes de ensinar”:

a Educação escolar indígena na perspectiva dos alunos

A escrita da História na perspectiva dos professores indígenas potiguaras de Baía da Traição está num processo de reinvenção, com experiências “retocadas” à luz dos estudos culturais, considerando estes povos como portadores de uma cultura ancestral e primitiva, que buscam “novos valores científicos e técnicos” (professor e cacique A.P).

Isso aponta para um hibridismo cultural destes povos conforme nos mostra (Candlini, 2006), pois a necessidade da inserção dos indígenas no mundo das Novas Tecnologias de Informação e do Trabalho (NTIs) faz com que estes dinamizem as concepções de educação, adaptando-as identidades locais, a uma identidade global, mas sem perder de vista os aspectos peculiares inerentes ao universo da cultura indígena (HALL, 2006).

Através da interface entre o PROLIND e professores potiguaras há uma busca de troca de conhecimentos e experiências sem a imposição de culturas, mediante um diálogo cultural (FLEURI, 2002) que seja favorável à aprendizagem, de maneira prazerosa e produtiva.

Neste item nossa abordagem se centra no ponto de vista dos discentes do PROLIND, ou seja, dos alunos-professores potiguaras que integram o projeto e estão na sua formação inicial. Selecionamos 5 sujeitos para colher relatos orais e verificar como, a partir das artes de ensinar do PROLIND, se tecem as artes de fazer dos alunos-professores indígenas em suas comunidades (CERTEAU, 2008). Procuramos analisar como as representações e as práticas do PROLIND ajudam a moldar esses indivíduos (CHARTIER, 1992), observando através do discurso do outro como se faz a imagem destes povos (APOLINÁRIO, 2006). Deste modo, no bojo destas discussões, é possível tecer argumentos que nos permitam refletir sobre o significado deste curso, enquanto artefato cultural, na vida destes professores indígenas em Baía da Traição.

Assim, podemos entretecer considerações sobre a educação indígena na Paraíba, sob o prisma dos potiguaras, possibilitando-nos rever os nossos lugares de produção sobre estes povos, na medida em que adentramos na sua Etno-história, especialmente no que tange às fronteiras das relações étnico-raciais (BARTHES, 2004). Nesse sentido, poderemos sugerir novas diretrizes para a educação na Paraíba, no que diz respeito aos indígenas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Não há dúvida que o PROLIND, na opinião de todos os seus alunos-professores e do representante da Organização dos Professores Potiguaras (OPIP), significou um avanço gerando um espaço potencializador e fomentador de cultura, troca de experiências e enriquecimento científico do que se refere aos conhecimentos acadêmicos, dos ditos ‘brancos’, os não-indígenas. Como a demanda dos indígenas diz respeito a apreender os conhecimentos dos não-indígenas e transitá-los no universo indígena, a interface da interculturalidade na escrita da História e o locus de produção sobre estes povos se refaz cotidianamente, contexto verificado nas práticas educativas do PROLIND. Por isso, esse curso é de vital importância para a história dos povos indígenas, promovendo um “marco fixo” da lei 11.645/2008, como também um desdobramento das lutas destes povos, iniciadas na década de 70, por uma educação diferenciada. Ecos que repercutem na UFCG dando voz e visibilidade histórica a estes indivíduos, sob o prisma dos estudos culturais.

Em relação à representação que este curso oferece verificamos o que expressa o professor M.S 2011:

Olha, o curso PROLIND é uma Licenciatura voltada não especificamente a essa aldeia nossa, porque hoje no Brasil nós temos 9 PROLINDS, né? Então, esse curso não é só voltado para os princípios potiguaras, certo? Ele é voltado também para essa interação entre os povos não é? A raça, né? Então, uma contribuição muito grande que este curso trouxe para nós de ver todas as diferenças aí, entre indígenas e não-indígenas, não é? O branco, o negro, então ele veio proporcionar para a gente é, uma forma de liberdade, de trabalhar observando toda essas ramificações específicas né, e existe sim um intercâmbio, né, do ensino superior do Brasil, né, com o curso PROLIND, porque nós procuramos fazer realmente essa troca, né do conhecimento do mundo das universidades para nossas escolas, para que os “curumins” que estão chegando possam ter melhorias futuramente.

A experiência dos cursos PROLINDS não é mais novidade no Brasil, pois de acordo com a entrevista, existem cerca de nove PROLINDS espalhados entre as regiões do mapa, com destaque para o Nordeste. Na Paraíba essa iniciativa pioneira foi fruto da luta dos professores potiguaras, sendo representados pela OPIP, através de uma articulação com a UFCG.

Para este professor, a iniciativa representa uma “interação entre raças” e culturas, que lhes proporciona liberdade e bem “estar social”, pois este curso faz uma amálgama entre os





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

conhecimentos do mundo acadêmico, num linguajar acessível aos potiguaras permitindo que haja um intercâmbio e os conteúdos se disseminem com fluidez.

No que diz respeito a essa representação a professora D.N 2011 se posiciona favorável ao PROLIND:

No caso assim, o PROLIND, para nós, foi uma conquista de todos. Foi almejado, a gente trabalhou passo a passo, através de oficinas e nós conseguimos no caso o PROLIND. Então, ele tá trazendo muitas coisas nossas tem novas turmas formando com a daqui, né, aí pelo Brasil, e está dando certo. A nossa turma aqui é pioneira, mas a gente tem dificuldade relacionada à localidade, transporte essas coisas. A gente tá passando por dificuldade, né? Mas com certeza as próximas turmas já não vão ter mais essas tantas dificuldades. No caso aí, tá investindo na formação da gente né? Especifica, e o PROLIND tá nos ajudando bastante né? Assim, a melhorar cada vez mais as nossas metodologias de ensino. Ele tá puxando mais para a gente ler os textos, conhecer outras etnias e ampliarmos nossas aulas e nosso conteúdo né? valorizando a nossa cultura e a gente ver como é rico essa interculturalidade, riquíssima, e nós povos potiguaras só temos a agradecer né? Essa conquista, graças a nosso Deus Tupã, e a nossa luta, conseguimos.

Tais posicionamentos nos possibilitam entender que o PROLIND possui uma “boa representação” entre os potiguaras, funcionando enquanto um instrumento de “libertação” e emancipação. Contudo, convém salientar que há uma influencia dos lugares de produção na escrita da História. Com tal raciocínio não estamos desconsiderando a importância deste curso pioneiro e inovador de Licenciatura indígena, mas colocando-o no seu lugar. Fundamentamos nossa intenção em Barros (2008) pgs 137 -138 que discute sobre o lugar do texto e de como isso afeta a confecção da história, fabricando-a em suas dimensões sociais:

Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba. Uma época, uma sociedade, um ambiente social (rural, urbano), uma Instituição, uma rede de outros textos, enfim, tudo isto deve ser pacientemente decifrado pelos historiadores e outros analistas de textos.

Por este raciocínio, entendemos que, no discurso destes alunos, existe uma sensibilidade ao PROLIND atrelada ao eixo institucional oriundo do referido curso. Contudo, nas narrativas constatamos a emergência do lugar institucional, que não provoca “danos à história”. No contexto em questão este lugar é colocado apenas para mencionar o pioneirismo desta instituição, já que o curso foi formulado sem a interferência de outros lugares, o que denota o papel da universidade





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

como uma estrutura social ao lado dos povos indígenas, e não como um lugar de poder. Por isso, eles delegam esta representação ao PROLIND. No tocante às estruturas sociais como espaços de representação Chartier(1992) p 27 salienta:

As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo –o dele ou desviando.

Corroborando essas perspectivas percebemos que o PROLIND representa uma objetividade do mundo científico para os professores potiguaras, que se inserem nesta interface e migram para o mundo acadêmico, dotando esse espaço de características compatíveis aos seus atos culturais atuando como uma forma de ver e interagir entre as culturas dos indígenas e a dos não-indígenas.

Os dilemas a respeito dos povos indígenas no Brasil possuem origem diversa De acordo com as respostas obtidas nas entrevistas, torna-se possível visualizar dois conceitos: a identidade (HALL, 2006) e a capacidade destes povos de adaptar-se aos novos “tempos históricos”, mantendo sua essência, o que denominamos de hibridismo cultural (CANCLINI, 2006). A partir destas interfaces, considerarmos também a interculturalidade (FLEURI, 2002) e relações étnico-raciais (BARTHES, 2004) possibilitando-nos analisar essas questões.

A narrativa do professor P.K 2011 aponta as dificuldades vivenciadas por esses povos:

Bom, isso aqui para muitas pessoas né existem vários dilemas. O que é educação indígena e o que é educação escolar indígena? Aparentemente pode ser a mesma coisa, mas para nós, povos indígenas ,e, especialmente para mim na condição de índio. Educação indígena é aquela que é passada de pai para filho (na essência quando a criança é nova), como aprender a pescar, a caçar, fazer o roçado, a lidar com a mata e as plantas, e isso se aprende em sala de aula. E outro fato interessante é a educação escolar indígena que se aprende em “quatro paredes”, mas para mim não se tem uma educação exclusiva, porque a educação não tem limites, ultrapassa todas as fronteiras. Isto para nós é uma aula igual a outra, uma educação escolar indígena, e a educação indígena é aquela que o pai passa para os filhos nos primeiros anos de vida. É tanto que nas escolas indígenas a gente só manda os nossos filhos depois de cinco anos para a escola. Já é diferente em outras sociedades que mandam com 1 ano ou 2 anos, para nós ele tem que aprender nossa língua, tradição, costumes para depois ele ir para uma escola convencional. Eu falo que nós indígenas temos o direito de aprender duas vezes. Primeiro,

2791





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aprender sua cultura e praticá-la, e segundo, apreender a cultura dos não-indígenas que é para você ter a interculturalidade, saber onde está. Não viver sempre no etnocentrismo.

A partir do exposto, é possível realizar uma hermenêutica dos povos indígenas, compreendendo-os para além de seus ditames tradicionais, mergulhando no sincrético e complexo universo destes povos. A narrativa elucida ponderações sobre a identidade indígena, que, conforme o professor é formada dentro das instituições de ensino informais, na própria casa e no ambiente familiar com a questão dos “saberes da vida”. Estes são de suma importância para o desenvolvimento cognoscente das crianças (curumins), englobando aspectos necessários à aprendizagem escolar e à própria educação escolar indígena.

Portanto, a história da educação escolar indígena é modulada pelas “nuanças da interação da escola com a diversidade do grupo a que se destina”. (Bergamaschi, 2007, p.2). Vimos que essas nuances se referem à articulação entre a escola e a etnia. O professor vê a possibilidade desses saberes serem tecidos em casa, perpassando a escola indígena e migrando para o PROLIND na forma de interculturalidade.

Esse processo se complementa na formação de identidades, pois os “hábitos culturais”, delineados no cotidiano dizem respeito a suas subjetividades, construídas e reconstruídas longo de sua História. Por essa razão, acordo Hall (2006) p 38 esclarece:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo no “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre sendo “formada”.

Este artigo, conforme anteriormente abordamos foi resultado de uma pesquisa e estudos realizados sobre povos indígenas em contextos educativos e que neste artigo, tomamos parte deste estudo para nossas reflexões e tecer comentários sobre a interculturalidade e educação na perspectiva dos professores do PROLIND e do entorno de aldeias indígenas em Baía da Traição na Paraíba.

No PROLIND a cultura potiguar se encontra com a cultura destes povos, configurando um diálogo intercultural, no qual não há imposições e restrições a cultura dos povos indígenas. A todo o momento, essa cultura é o eixo-norteador do curso, enriquecendo e dinamizando suas vivências





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

no PROLIND. Por isso, esse curso se configura como peça-chave na formação inicial e continuada destes povos, na confluência das culturas de suas etnias e as do mundo científico.

Sobre a educação intercultural na perspectiva dos povos indígenas Fleuri, (2002) p 108 salienta:

A afirmação étnica e cultural, por que cada povo passa e luta, está atrelada tanto aos procedimentos de subsistência e preservação de cada indivíduo, quanto às técnicas corporais desenvolvidas para o processo de sua socialização na comunidade. Dessa forma, assegura-se por meio de atividades ritualísticas (educativas) que comunicam a identidade pessoal, social e étnica de cada indivíduo e de cada grupo os valores e ideais de cada nação indígena.

O cerne da discussão entre mundos de culturas tão distintas encontra-se assim ancorado pelos artifícios da intercultura, que articula os conhecimentos científicos com os do mundo potiguara, permitindo que estas interfaces se nutram e que o PROLIND teça seu ensino a partir da subjetividade destes povos, respeitando sua cultura, cotidiano e subjetividade. Isso se constituiu num desafio constante, cuja prática é desafiadora: “a educação intercultural apresenta-se como uma proposta político-pedagógica que visa à formação para a cidadania e a superação de preconceitos e discriminações que expropriam de seus direitos indivíduos e coletividades” (FLEURI, 2002).

Desse modo, duas etnias e dois mundos distintos se relacionam, convivem, dialogam e tecem saberes, produtos de experiências compartilhadas. Portanto não há fronteiras entre os indígenas e não-indígenas neste curso, o que garante a compreensão da “grande nação poliétnica” destes povos e a sua inserção na História na condição de protagonistas.

O PROLIND é um lugar onde os potiguaras como sociedade poliétnica vivencia os conhecimentos do mundo não-indígena e acadêmico, e na interface com o mundo indígena, preservando seu cotidiano e suas artes de ser e fazer (CERTEAU, 2008) lutando pela manutenção de sua cultura através de suas “táticas” de sobrevivência à imposição da cultura lusitana. Sobre o uso das táticas como forma de sobrevivência Certeau (2008) p 102 nos fala:

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão tempo às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos. Sob este aspecto, a diferença entre umas e outras





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

remete a duas opções históricas em matéria de ação e segurança (opções que respondem, aliás, mais a coerções que possibilidades): as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo, as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir.

Observando estes povos no PROLIND e tecendo uma breve discussão historiográfica vemos que, por meio de contratos com os colonizadores, de acordos de exploração em troca da sobrevivência, silenciamentos, fugas ou outras formas que não envolveram conflitos diretos, como guerras e genocídios, estes povos souberam traçar um ambiente favorável a “a arte-tática” de sobreviver, adaptando-se ao meio. Pela astúcia conseguiram resistir, lutaram e se engajaram para ter o curso, cujo resultado é satisfatório, pois existe um respeito ao seu cotidiano e as suas artes, promovendo novas tessituras da historiografia indígena escrita no PROLIND, que tem por base as maneiras de fazer da sua inventividade e criatividade cotidiana. Nesse sentido, Certeau (2008) reitera: “essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural “(CERTEAU, 2008, p.41).

Desta forma vislumbramos este curso como um postulado de diretrizes teóricas e epistemológicas: na prática como um lugar de encontro de culturas, sem sobreposição ou supervalorização povo, num encontro onde e os meios acadêmicos são difundidos através da faceta intercultural.

Constituindo-se como sujeitos transmissores de saberes e vetores dos conhecimentos científicos, os potiguaras são os sujeitos históricos envolvidos em sua cultura, e na condição de protagonistas da História desse curso, com suas das “artes de fazer”, seu interesse e seu engajamento, tornam-se artífices da História e, modificando suas “artes de ensinar” nas escolas de suas comunidades. Assim, esta “nação poliétnica” ganha contornos mais diferenciados e suas vozes finalmente ecoam na sociedade global, o que nos possibilita sem preconceito. Pelo exposto, compreendemos que este curso não é apenas um formador de professores, mas é um instrumento de inserção e inclusão destes povos no espaço social.





Considerações Finais

Este artigo intitulado Práticas Educativas nas Redes de Saberes Intercultural: A Educação Escolar Indígena é fruto de uma produção monográfica que buscou tecer novas possibilidades de estudo e reflexão sobre os povos indígenas à luz dos Estudos Culturais na vertente da interculturalidade, identidade e cotidiano e através da reflexão sobre as narrativas dos professores coordenadores e alunos-professores numa interface dialética corporificada na relação entre o PROLIND (UFCG) e OPIP.

Esta conjuntura envolve observar os lugares da escrita presente nas práticas educativas analisadas, neste caso verificamos que existe uma operacionalização entre os conhecimentos do mundo acadêmico e do mundo dos professores indígenas potiguaras. A esse respeito, Certeau (2010) p 107 afirma:

Na verdade, a função específica da escrita não é contrária, mas diferente e complementar com relação à função da prática. Ela pode ser particularizada sob dois aspectos. Por um lado, no sentido etnológico e quase religioso do termo, a escrita representa o papel de um rito de sepultamento; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. Por outro lado, tem uma função simbolizadora; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado, é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos. A arrumação dos ausentes é o inverso de uma normatividade que visa o leitor vivo, e que instaura uma relação didática entre o remetente e o destinatário.

A partir desta citação observamos que a escrita dos povos indígenas necessita ser reformulada vislumbrando atender as atuais dinâmicas do ensino e da educação que compõem o século XXI, e isto implica em se repensar a trajetória escriturística e “tradicional” erguidas ao decorrer da História e se lançar em direção ao novo, Isto é inserir estes povos no papel de protagonismo histórico numa perspectiva que englobe também problemáticas e dinâmicas do século XXI, visando reorientar as discussões acerca de tais povos sem a sobreposição ou supervalorização desta etnia em detrimento de outras.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Defendemos, pois, “diálogos culturais”, que respeitem a alteridade de cada povo, e auxiliem os contornos de uma nova da História do Brasil, valorizando os povos indígenas como um patrimônio imaterial do processo historiográfico.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**, Belo Horizonte: Ed: UFMG, 1998.

CANCLINI, Garcia Néstor. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: A escrita da História. Maria de Lourdes Menezes, 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1992.

FLEURI, Reinaldo Matias (org). **Intercultura: estudos emergentes**. Ijuí. Ed: Ijuí, 2002.

_____. **Educação intercultural. Mediações necessárias**. Rio Grande do Sul: DP&A, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Indígena. Campina Grande, Março de 2007.

VIEIRA, et al. **A pesquisa em História**. 5 Ed. São Paulo: Ática, 2007.

